



PREFEITURA MUNICIPAL DE ORINDIÚVA
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

AV.FRANCISCO THOMAZ DE AQUINO, Nº536 FONE (17)38161297/38167104
ORINDIÚVA/SP CEP 15480-000

visa@orindiuva.sp.gov.br / www.cvs.saude.sp.gov.br / www.orindiuva.sp.gov.

COMUNICADO



DE ACORDO COM A LEI Nº 885 DE 02 DE JUNHO DE 2003 - CÓDIGO DE POSTURAS DO MUNICÍPIO.

Artigo 50 – É proibido embarçar ou impedir, por qualquer meio, o livre trânsito de pedestres ou de veículos nas ruas, praças e passeios, exceto para efeito de obras públicas ou quando exigências policiais determinarem.

Artigo 51 – Compreendem-se na proibição do artigo anterior o depósito de quaisquer materiais, inclusive de construção, entulhos e podas de árvores e jardins.

§ 1º Tratando-se de materiais que não possam ser depositados diretamente no interior dos prédios ou nos terrenos, serão tolerados a descarga e permanência na via pública, com o mínimo prejuízo ao trânsito, por tempo estritamente necessário à sua remoção, não superior a cinco horas.

§ 3º Os infratores deste artigo estão sujeitos a ter os respectivos materiais apreendidos e recolhidos ao depósito da Prefeitura, os quais para serem retirados, dependerão do pagamento de multa e das despesas de remoção e guarda.

Art. 52. Fica expressamente proibido o estacionamento de veículos sobre os passeios, calçadas e praças públicas, e nas áreas destinadas aos pontos de parada dos coletivos.

§ 2º Os veículos ou sucatas abandonadas na forma do artigo anterior serão recolhidos ao depósito da Prefeitura.

Artigo 55 – Fica expressamente proibido a lavagem de betoneiras, caminhões-betoneiras e caminhões que transportam terras, nas vias públicas.

Art. 71. A fiscalização sanitária abrangerá especialmente a higiene e a limpeza das vias públicas e das habitações particulares e coletivas e a alimentação, incluídos todos os estabelecimentos onde se fabriquem ou se vendam bebidas e produtos alimentícios, especialmente bares, açougues, restaurantes e os vendedores ambulantes, bem como os estabelecimentos que prestam serviços a terceiros.

Art. 117. É proibido expor ou depositar nos passeios, canteiros, jardins, logradouros públicos e outras áreas, quaisquer materiais, mercadorias, objetos, mostruários, cartazes, materiais de construção, entulho, terra ou resíduos de qualquer natureza, sob pena de apreensão dos mesmos e pagamento das despesas de remoção em dobro do que cobra as Empresas que prestam o serviço de locação de Caçambas autorizadas pela municipalidade, além das sanções previstas.

Art. 119. É proibido preparar concreto e argamassa sobre passeios e leitos de logradouros públicos pavimentados.

Art. 221. Constitui infração toda ação ou omissão contrária às disposições deste Código, ou de outras Leis, resoluções ou atos baixados pelo Governo Municipal, no uso de seu poder de polícia.

Art. 222. Será considerado infrator todo aquele que cometer mandar, constranger ou auxiliar alguém a praticar infração, e, ainda, os encarregados da execução das leis que, tendo conhecimento da infração, deixarem de autuar o infrator.

Art. 234. A infração de qualquer disposição para a qual não haja penalidade expressamente estabelecida neste Código será punida com multa de uma a trezentas vezes o valor Fiscal de Referência VFR, e exigida em dobro nas reincidências, cumulativamente, em proporção geométrica.